

Acordo pode decidir Ordem Econômica

BRASÍLIA — Surpreendido pelos 279 constituintes que acompanharam ontem seu voto contra o substitutivo do Centrão ao Capítulo I da Ordem Econômica, o Líder do PMDB, Senador Mário Covas (SP), interpretou o resultado — que teve 210 votos a favor e 24 abstenções — como uma demonstração de que a maioria deseja um texto negociado. Covas está agora em posição privilegiada para conduzir os entendimentos, reabertos ontem mesmo.

Os principais obstáculos a um acordo passaram, em consequência, a ser levantados pela própria esquerda do PMDB, que adotou a atitude anterior dos centristas, buscando medir forças na segunda rodada de votações. Mas Covas, apesar da vantagem obtida sobre o Centrão, está convicto de que o projeto da Comissão de Sistematização tampouco terá o apoio de 280 constituintes necessário à sua aprovação, criando-se então um "buraco negro". Decidido, assumiu então a iniciativa das negociações.

Sua tarefa, no entanto, não será fácil. Como faltou apenas um voto para que o substitutivo do Centrão fosse derrotado, "progressistas" do PMDB e membros dos partidos de esquerda exigem que, na sessão de hoje, a Liderança encaminhe novamente pela rejeição. Covas, porém, não pretende desmoralizar o discurso com que, condenando aqueles que só negociam quando são minoria, orientou a votação de ontem.

Na mesma linha, o Vice-Líder Antônio Brito (RS), saiu do plenário afirmando que as negociações esta-



Parlamentares do Centrão se surpreendem, no plenário, com o resultado

vam reabertas e que o PMDB não cometera o mesmo erro do Centrão.

Além dos problemas internos, o Senador terá ainda de enfrentar a divisão do Centrão, carente de portavozes que expressem o conjunto do grupo. Ainda no tumulto do plenário, o Senador foi procurado pelo Deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), que participou em nome do Centrão das tentativas de entendimento. Para assegurar-se da disposição do Líder quanto às negociações, Ponte travou com ele o seguinte diálogo:

— Agora vamos negociar — disse o Deputado —, mesmo sem consenso dentro do Centrão.

— Você é quem sabe, mas acho que a negociação pode começar já.

— É fechar o texto e bater o martelo, pois juntos temos a maioria. Eu só vou ali conversar com o meu pessoal mais próximo — concluiu o parlamentar gaúcho.

Fora do plenário, Covas se encontrou com o Deputado Delfim Netto (PDS-SP), um dos principais defensores do confronto, que o convidou:

— Vamos negociar.
— Mas eu não vou admitir que vo-

cês remetam tudo para a legislação ordinária — ressaltou Covas.

— Mas o texto de acordo para a definição de empresa nacional ficou bom — afirmou Delfim, surpreendendo o Senador. Notando o efeito, explicou: "Eu estou falando do texto elaborado hoje".

— Esse eu não conheço — alegou Covas, que recebeu do Deputado a cópia de uma nova proposta de definição de empresa nacional.

O Líder do PMDB foi também procurado pelo Senador Albano Franco (PMDB-SE), Presidente da Confederação Nacional da Indústria. Albano revelou já conhecer a divisão interna do Centrão e, por isto, insistiu em prosseguir os entendimentos. Tal como Ponte, Albano foi voto vencido na reunião de cúpula do Centrão realizada segunda-feira à tarde e que optou pelo confronto.

Investido da autoridade que a vitória de ontem lhe conferiu, Covas disse que a parte mais significativa das questões polêmicas será decidida por acordo de maioria. Citou, como exemplo, a proposta do Senador Severo Gomes (PMDB-SP) para definir empresa nacional, já negociada com parcela do Centrão. Referiu-se ainda aos avanços das conversações sobre contratos de risco e distribuição do petróleo. A exploração dos recursos minerais poderá ser resolvida pelo plenário, mas isto não o preocupa: "Agora acabou a disputa. A questão era meramente política. O que estava em jogo não era o texto do Centrão, mas sua capacidade de aglutinação. E eles aprenderam a lição".

Texto que está sendo negociado redefine a empresa nacional

O texto que vem sendo negociado, após a sessão de ontem, pelos grupos formados na Constituinte e que substitui as propostas originais do Centrão e da Comissão de Sistematização está centrado na definição de empresa nacional, ponto dos mais polêmicos do Título da Ordem Econômica. Em síntese, expressa no início do artigo o conceito de empresa nacional amplo; no parágrafo primeiro, define o que é capital nacional; no segundo, estabelece a reserva de mercado admitida; e no último fixa as exigências adicionais para efeito de tecnologia. O texto é o seguinte:

"Artigo 200 — Será considerada empresa brasileira aquela constituída sob as leis brasileiras e que tenha no País sua sede e administração.

Parágrafo 1º — Empresa brasileira de capital nacional é a pessoa jurídica cujo controle efetivo esteja sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País, ou de entidades de direito público interno. Entende-se por controle efetivo da empresa, para fins deste parágrafo, a titularidade da maioria de seu ca-

pital votante e o exercício, de fato e de direito, do poder decisório para gerir suas atividades.

Parágrafo 2º — A empresa brasileira de capital nacional poderá gozar, na forma da Lei Complementar, de proteção e benefícios especiais temporários para desenvolver atividades por esta consideradas estratégicas ou imprescindíveis ao desenvolvimento do País.

Parágrafo 3º — A Lei Complementar prevista no parágrafo anterior poderá, ainda com relação ao setor imprescindível ao desenvolvimento tecnológico nacional, estabelecer entre outras condições e requisitos com relação à empresa brasileira de capital nacional:

a) exigir que o controle referido neste artigo se estenda às atividades tecnológicas da empresa, assim entendido o exercício, de fato e de direito, do poder decisório para desenvolver ou absorver tecnologia, na forma por ela estabelecida;

b) determinar os percentuais mínimos de participação das pessoas físicas domiciliadas no País."

Centristas dependem de 70 votos

BRASÍLIA — Mesmo sem conseguir a rejeição da emenda substitutiva do Centrão ao Capítulo I do Título sobre a Ordem Econômica, os parlamentares que se opõem ao grupo comemoraram com aplausos o resultado da votação. Entre os que se abstiveram estavam constituintes do PTB, cujo Líder, Gastone Righi, orientara sua bancada a votar contra a emenda substitutiva, exatamente para que se tentasse, até hoje, fechar um acordo em torno da matéria.

Não havendo acordo, o Centrão terá de colocar em plenário mais 70 parlamentares, além dos que o apoiaram ontem, se quiser aprovar a emenda. Já os seus opositores terão de manter os votos de ontem e conseguir apenas mais um para rejeitá-la. Se não houver acordo e hoje se repetir a situação de ontem, cai definitivamente a emenda do Centrão e entra em votação o texto da Comissão de Sistematização.

Um pneu furado impediu que o Senador Ronan Tito (PMDB-MG) fosse o voto decisivo na sessão de ontem. Ronan chegou minutos depois da votação e desculpou-se junto ao Líder Mário Covas, que não teve o apoio, que considerava como certo, de outros Constituintes de sua bancada. As maiores surpresas foram as abstenções dos Deputados Heráclito Fortes (PMDB-PI), que na semana passada criticara a proposta do Centrão, e de Alcení Guerra (PFL-PR), da ala dissidente do Partido e que acabou auxiliando seus opositores. Também se abstiveram Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) e Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), que passara o dia condenando o radicalismo do Centrão. Os peemedebistas sentiram ainda a falta de José Serra (PMDB-SP), que se apoiou na liderança do partido para aprovar a maior parte de suas teses no Título



Constituintes da bancada do PMDB aplaudem o resultado da votação

da Tributação e Orçamento.

O Senador Mário Covas, que não esperava ter mais votos que o Centrão, tentou obstruir a sessão desde o seu início, às 14h30m, para impedir que a emenda fosse votada. Com o apoio do Deputado José Genoíno, Vice-Líder do PT, Covas pediu verificação de quorum. O Segundo Vice-Presidente da Constituinte, Deputado Jorge Arbage (PDS-PA), que presidia a sessão, rejeitou o pedido, anunciando que somente faria a verificação quando houvesse indício da presença em plenário de 280 parlamentares (naquele momento estavam apenas cerca de 20).

As 15h10m, quando o Presidente Ulysses Guimarães iniciou a verificação de presenças, novamente Covas tentou obstruir, pedindo a suspensão da sessão porque tinham votado apenas 201 Constituintes.

Ulysses observou que, como faz todos os dias, daria oportunidade de marcar presença aos que estavam se dirigindo ao plenário.

Pelo Centrão encaminharam a votação os Deputados Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e Gerson Peres (PDS-PA), considerando o texto substitutivo mais moderno do que o da Sistematização, principalmente na conceitualização de empresa nacional.

O Relator da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), manifestou-se contra a emenda do Centrão, como primeiro caminho para chegar a um acordo, e pediu que os parlamentares não radicalizassem suas posições.

De todos os partidos, apenas o PFL e o PDS orientaram suas bancadas a votar a favor do texto substitutivo. O PL e o PDC deixaram de externar publicamente suas posições.

Caiado pede mobilização de empresários

BRASÍLIA — O Presidente Nacional da UDR (União Democrática Ruralista), Ronaldo Caiado, criticou ontem a ausência das lideranças do empresariado nacional na Constituinte, em um momento tão importante quanto o da votação da Ordem Econômica. Segundo ele, a mobilização da classe empresarial representaria um trabalho democrático, inteligente e hábil, sem representar qualquer tipo de pressão aos Constituintes. Para ele, seria um esclarecimento aos parlamentares das propostas que apóiam:

— Onde estão a indústria e o comércio? Eles não podem continuar em gabinetes refrigerados, com acordos de cúpula, sem contato com os Constituintes. Que solidariedade é esta que só um segmento enfrenta as galerias, o plenário e o corpo a corpo

com os Constituintes? — perguntou Caiado, ao sair das galerias.

Ele acompanhou a votação ao lado do Presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Teles, e do Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, Roberto Rodrigues, além de dezenas de dirigentes e assessores da UDR. Mesmo torcendo pela vitória, Caiado não considerou a derrota do Centrão uma surpresa:

— Perdemos o Capítulo 1 por 70 votos. Mas, na Agricultura, estamos mais bem preparados do que este pessoal. O nosso setor está trabalhando com competência na defesa da iniciativa privada e de um texto que viabilize a nossa atividade. Se estiverem 520 presentes, faremos 380 votos.

O Presidente da UDR não conseguiu explicar como, em 516 votos, a

iniciativa privada não havia conseguido maioria, e prometeu continuar apoiando os outros setores da economia nacional, como fez ontem. Mas não sabe se conseguirá o mesmo apoio quando chegar a votação do Capítulo da Reforma Agrária:

— Estamos aqui para somar esforços. Temos que criar a ideia de companheirismo, vindo no que conseguimos consenso, como no respeito à propriedade e à livre iniciativa.

Para Caiado, um dos motivos da derrota do Centrão foi a falta de uma unidade do grupo. Ele lembra que não foi elaborado um texto capaz de unir a todos. A prova disso, segundo acrescentou, é que um dos mais atuantes líderes do Centrão, o Deputado Gastone Righi (PTB-SP), acabou abstenendo-se de votar, sendo seguido por grande parte da bancada.

Lideranças se reúnem hoje cedo para negociar solução

BRASÍLIA — As lideranças do Centrão e do PMDB tentam hoje, às 10 horas, no gabinete do Líder Mário Covas, chegar a um acordo para a votação do Capítulo I da Ordem Econômica. A cúpula do Centrão decidiu negociar com o PMDB durante reunião de mais de duas horas, realizada no final da tarde de ontem, depois do fracasso na votação do seu substitutivo.

Apesar do insucesso em plenário, o Deputado Afif Domingos (PL-SP) ainda acredita na possibilidade de a Liderança do PMDB votar no texto base do Centrão para o Capítulo I da Ordem Econômica, ressaltando os destaques.

Para isto ocorrer, entretanto, seria necessário o fechamento de acordos nos pontos mais polêmicos, como definição de empresa nacional, exploração dos recursos minerais e contratos de risco.

Pela avaliação feita na reunião do Centrão, os líderes chegaram à conclusão de que os defensores de uma negociação saíram fortalecidos. Em contrapartida, aqueles centristas que defendem o confronto perderam espaço no grupo. Entre os que vinham insistindo no impasse como a melhor tática estão o Líder do PFL, Deputado José Lourenço (BA), Ricardo Fiúza (PFL-PE), Roberto

Cardoso Alves (PMDB-SP) e Amaral Netto (PDS-RJ).

As divergências entre os dois grupos dentro do Centrão ficou tão evidente que depois da votação, enquanto uns atribuíam a derrota à decisão de suspender os entendimentos, outros, como Fiúza, continuavam apostando no impasse na votação de hoje.

Para Fiúza, o "buraco negro" é a melhor solução para se produzir um bom texto de acordo:

— O impasse só se iniciou. Amanhã (hoje) será aprofundado — afirmava o parlamentar.

A última versão do texto para definição de empresa nacional está sendo considerada razoável por centristas como Delfim Netto (PDS-SP) e Bonifácio de Andrada (PDS-MG), que não estavam concordando com as fórmulas apresentadas até agora.

Segundo Delfim, já que não há como deixar de inscrever na Constituição um conceito para empresa nacional, esta última fórmula é razoável.

Antes mesmo do início da votação, um dos negociadores do Centrão, Deputado Luis Roberto Pontes (PMDB-RS) já a exibiu aos demais centristas afirmando que Covas estava inclinado a aceitar a proposta.

Constituintes 'nacionalistas' pedem apoio a Camarinha

BRASÍLIA — O Ministro Chefe do Estado Maior das Forças Armadas (Emfa), Brigadeiro Paulo Roberto Camarinha, disse ontem a Deputados da Frente Parlamentar Nacionalista que vê com preocupação o atual debate na Constituinte sobre a definição de empresa nacional. Ele recebeu em audiência os Deputados Fernando Santana (PCB-BA), Brandão Monteiro (PDT-RJ), Haroldo Sabóia (PMDB-MA) e Paulo Ramos (PMDB-RJ), do bloco nacionalista, que foram buscar apoio para suas teses.

Camarinha prometeu-lhes que se reunirá com

seus assessores para discutir o assunto, embora em nenhum momento tenha deixado explícita a sua posição com relação à emenda do Centrão, que pretende modificar o texto aprovado na Comissão de Sistematização. A Frente Parlamentar Nacionalista defende a manutenção desta proposta.

Hoje, os Constituintes do bloco nacionalista devem procurar os Ministros do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, e da Marinha, Henrique Sabóia. Na segunda-feira, eles já estiveram com o Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Octávio Moreira Lima.